

Alucinando Portelli - Celebração do amor entre um historiador (oral) e seu leitor

Madly in love with Portelli - A celebration of love between a(n) (oral) hystorian and his reader

Heliana de Barros Conde Rodrigues

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

RESUMO:

O artigo celebra o encontro da autora, durante uma investigação destinada a construir uma história da Análise Institucional no Brasil, com os trabalhos de Alessandro Portelli, ressaltando a singularidade da produção do oralista italiano no âmbito do movimento moderno da História Oral. Explora as cinco peculiaridades das fontes orais destacadas por Portelli – oralidade, forma narrativa, subjetividade, credibilidade diferente da memória e relação entre entrevistador e entrevistado –, pondo particular ênfase em seus efeitos, simultaneamente metodológicos e políticos. As considerações finais sugerem a existência de estreitas relações entre o tipo de narrativa histórica proposto por Portelli e a escritura implicada, associada ao paradigma da Análise Institucional.

Palavras-chave: História Oral; Alessandro Portelli; Análise Institucional

ABSTRACT:

This article celebrates its author's meeting with Alessandro Portelli's works, during an investigation dedicated to construct a history of the Institutional Analysis in Brazil. Therefore it draws attention to the singularity of this Italian oral historian within the scope of the Modern Movement of Oral History. The article explores the five peculiarities of the oral sources pointed out by Portelli – orality, narrative form, subjectivity, fallibility of memory and the relationship between interviewer and interviewee –, giving a particular emphasis in their political and methodological effects. The final considerations suggest the existence of a narrow relation between the type of

historical narrative proposed by Portelli and the implied writing, which is associated to the paradigm of Institutional Analysis.

Key words: Oral History; Alessandro Portelli; Institutional Analysis

Os principais analistas do movimento da história oral costumam caracterizá-lo com base em três momentos-vertentes: o dos *arquivistas* (fundado nas iniciativas de Allan Nevins, na Universidade de Columbia, a partir da segunda metade da década de 1940); o dos *ativistas* (práticas iniciadas nos anos 1960, quando, no bojo da contracultura e da nova esquerda, a história oral é concebida como “história vista de baixo”); e o dos *acadêmicos* (análise histórica da memória, empreendida desde o final dos anos 1970, coincidindo com o processo de internacionalização da disciplina).

Enquanto os ativistas se opõem ao “modelo Columbia” – história política, positivista, voltada a registrar/preservar a fala das elites –, defendendo a escuta/proliferação da voz dos vencidos, os acadêmicos fazem objeções ao uso acrítico de depoimentos orais por parte da militância historiadora: convencida de estar descobrindo, através dos até então silenciados, ‘o realmente ocorrido’, ela teria negligenciado a análise das razões que levam a recordar de tal ou qual maneira. Conseqüentemente, sob a perspectiva dos acadêmicos, a história oral passa a dedicar-se à historicização... da própria memória.

A despeito de sua notável sofisticação, muitos destes últimos trabalhos, por questionarem a espontânea fidedignidade das narrativas, arriscam-se a fornecer armas renovadas aos detratores da história oral. É exatamente neste panorama que as contribuições dos oralistas italianos, e as

de Alessandro Portelli em especial, podem ser ditas singulares, gerando a celebração proposta pelo presente artigo.

Os vivos e os mortos

Durante a Conferência Internacional de História Oral realizada em 1998, no Rio de Janeiro – décima de uma série¹, primeira na América Latina –, ao proceder a um balanço do movimento, Alistair Thomson demorou-se em elogios ao acontecido em Essex, Inglaterra, no ano de 1979 – momento a partir do qual a história oral se veria marcada por “rica polinização cruzada” de abordagens teóricas, provenientes dos quatro cantos do mundo (THOMSON, 2000:54). Na mesma Conferência, quando se mencionaram os motivos do êxito da história oral ao final do século XX, inúmeras foram as referências a uma desejável “mestiçagem”, apta a simbolizar o *multidisciplinar* e o *multinacional*, julgados característicos da disciplina (JOUTARD, 2000: 44; FERREIRA et al., 2000: 12; AMADO, 2000: 110).

Com esses elogios à mestiçagem, muitos dos conferencistas davam seqüência aos argumentos presentes na palestra de abertura, pronunciada por Roberto da Matta. Segundo o antropólogo, desprezada no início do século XX, a *mistura* deveria ser vista, ao término do mesmo, como uma vantagem pelos países até então incapazes de conciliar o nacional e o étnico/cultural:

Nossa experiência com a mestiçagem, nossa crença de que a virtude está no meio (...) pode, ao fim e ao cabo, dar certo. Pois os maiores problemas dos ‘países adiantados’ [no século XXI] serão as etnias, que militam contra seus códigos. No Brasil, porém, não poderá haver código nacional eficiente sem levar a sério esses intermediários que estão dentro dos nossos corações (DA MATTA, 2000: 28).

A palestra cabia como uma luva a dois intentos: promovia uma abertura de Conferência capaz de singularizar o verde-e-amarelo; favorecia

representar os 50 anos da história oral como gradativa passagem da predominância de nações rivais e etnicamente puras à constituição de “mulatos culturais” a viver “entre nações e etnias, explicando as diferenças, intermediando disputas, criando sociedades híbridas e sistemas a meio caminho” (idem: idem).

Porém, como a própria história oral nos tem ensinado, grandes avaliações tendenciosas muitas vezes invisibilizam diferenças significativas. Independentemente de poder a perspectiva de Da Matta – “a virtude está no meio” – ser considerada, ou não, hegemônica no Brasil, ela remete, como em uma máquina do tempo, a outro documento: o balanço da história oral, relativo ao período 1970-1995, apresentado por Philippe Joutard no XVIII Congresso Internacional de Ciências Históricas (Montreal). Ali, o pesquisador da Academia de Toulouse, que três anos depois tanto se entusiasmará com a mestiçagem, pontifica:

Mesmo que durante alguns anos os historiadores profissionais, desejosos de renovar sua disciplina, e os militantes da marginalidade tenham coexistido nos grandes encontros de história oral de natureza ambígua, meio congresso científico, meio assembléia militante, no final não poderia haver senão mal-entendido (JOUTARD, 1996: 52).

Mais adiante, referindo-se àqueles que recriariam a institucionalização da história oral, acrescenta:

Agora que é aceita pelo mundo acadêmico, a utilização da fonte oral acaso não corre o risco de soçobrar no academicismo? Gostaria de tranquilizar todos os que estão hesitantes e por isso se refugiam numa fase infantil da pesquisa oral (...) não vejo nenhum motivo para manifestar inquietação (idem: 58-59).

Meio isso, meio aquilo, a história oral – meio aceita pela instituição historiográfica, meio não; meio profissional, meio militante; meio científica,

meio ação afirmativa. E Joutard (apenas ele?) nutre verdadeiro *horror ao meio*. Sendo assim, tranqüiliza sua cidade, acusando os recalcitrantes de fixação em uma “fase infantil”. É bem conhecida a forma dessa invectiva, lançada por todos os *Secretários Gerais* sobre os que não se submetem ao *centralismo democrático* de decisões nada mestiças. Joutard, o Secretário-Historiador, não pode acatar o meio; ele sabe e dá conselhos: “...convém utilizar o tempo assim poupado para mostrar a esses militantes, que muitas vezes atualizam tesouros humanos inestimáveis, que a melhor homenagem à memória dos vencidos é ainda fazer dela uma história” (idem: 58).

O atual panorama da história oral não chega a ser o de um Comitê Central – caso em que por ela já teríamos perdido todo o interesse; mas seu aparentemente afável internacionalismo tem sido algo condicionado por uma espécie de expulsão dos domínios nacionais, ligada a motivos vários: rejeição por parte da história acadêmica; paralisação teórica devido à impossibilidade de construir alianças estáveis com a militância; eventual associação com movimentos ditos *radicais* (adjetivo que porta sempre o risco de redundar em desqualificação pelos círculos eruditos) etc. Esquecer tais circunstâncias é abandonar o plano das tensões políticas em favor da aceitação de honrarias retóricas; é renunciar ao aleatório mundo dos vivos em troca de tranqüilidades científicas que não toleram perda de tempo – há que produzir o mais novo artigo, “a melhor homenagem à memória dos vencidos”, segundo Joutard. Como réplica, vale recorrer àquele que dizem nostálgico, o efetivamente colérico Benjamin:

Em cada época, é preciso arrancar a tradição ao conformismo, que quer apoderar-se dela (...). O dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que tampouco os mortos estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer (BENJAMIN, 1994: 224-225).

Internacionalista por expulsão, a história oral: arrancar sua história do conformismo – mortífero para ela, mumificante para seus campos de ação – é o objetivo da celebração aqui proposta.

Uma guerra em preto e branco

A historiadora Paula Hamilton nos brinda com o relato de um delicioso episódio: “Um professor recentemente me confidenciou, em tom lacônico, que sempre pensara que a I Guerra Mundial acontecera em preto e branco” (THOMSON, FRISCH e HAMILTON, 1996: 89). A confiança faz evocar vicissitudes do movimento da história oral: a partir do final da década de 1970, justamente por não ser um espelho do real, a memória torna-se o fetiche dos oralistas, presumidamente apto a obturar qualquer carência de cientificidade que porventura lhes seja atribuída pelos documentalistas estrito senso.

O processo é de tal monta que desencadeia disputas por paternidade. Ao passo que os *arquivistas* estavam certos de serem filhos de Heródoto, os *acadêmicos* (historiadores da memória) perscrutam heranças genéticas em anais de congressos, artigos e/ou declarações. Dúvida crucial recai sobre a nacionalidade do genitor: italiano ou inglês?

Em artigo originalmente publicado em 1994 no periódico *Oral History*, Alistair Thomson assim descreve o quadro que se descortinava ao fim da década de 1970:

... a tendência de defender e usar a história oral (...) para descobrir ‘o que realmente aconteceu’ levou à não-consideração de outros aspectos e valores do depoimento oral. Alguns praticantes (...) deixaram de considerar as razões que levaram os indivíduos a construir suas memórias de determinada maneira, e não perceberam como o processo de lembrar poderia ser um meio de explorar os significados subjetivos da experiência vivida

e a natureza da memória coletiva e individual (THOMSON, FRISCH e HAMILTON, 1996: 67).

Ainda segundo Thomson, o enfoque criticado (tão positivista, talvez, quanto o dos arquivistas) teria sido corrigido graças a contribuições britânicas (como a do Popular Memory Group²), mas, primordialmente, em função das italianas. As presenças de Luisa Passerini e Alessandro Portelli³ na Segunda Conferência Internacional de História Oral (Essex, 1979) são exaltadas por veicularem notável complexidade teórica, epistemológica e metodológica, facilitando o abandono da busca por uma “única história, fixa e recuperável”, em benefício da exploração dos “muitos níveis da memória individual e [da] pluralidade de versões do passado” (idem: idem).

A afirmação de uma primazia italiana, publicada no periódico da *Oral History Society*, não ficou muito tempo sem resposta. Em carta aos editores, divulgada no número seguinte, Paul Thompson⁴ retruca que diversas formas críticas de história oral, italianas e de outras procedências, haviam sido difundidas na Grã-Bretanha muito antes da Conferência de Essex, estando há muito incorporadas às reflexões dos historiadores de língua inglesa (Cf. PORTELLI, 1996: 392).

Uma declaração de pioneirismo italiano volta a emergir em um artigo de Luisa Passerini (“*Il dibattito radiofonico come fonte*”, em *Storia e Soggettività*):

Na Conferência Internacional de História Oral, em Essex, (...) o tema da memória foi introduzido, significativamente, pelas contribuições italianas. Mas foi somente no ano seguinte, em Amsterdam, que se desenvolveu um efetivo debate acerca da relação entre memória e esquecimento, narrativa e silêncios. Até então, na verdade, a abordagem factual da História Oral Britânica, que visava primordialmente aos conteúdos da memória e meramente a reivindicava como uma fonte legítima entre as

fontes tradicionais, havia prevalecido (apud PORTELLI, 1996: 406).

Sabendo-se haver sido a conferência de abertura, em Amsterdam, pronunciada pela própria Passerini e tendo ela versado sobre o tema *memória*, fica-se tentado a acatar, não tanto um pioneirismo – preocupação dos que preferem as árvores genealógicas aos rizomas aleatórios –, mas uma linha de força italiana a promover interferências recíprocas em meio àqueles que desejam abandonar o impasse fidelidade *versus* militância, a fim de dirigir-se a paragens teoricamente mais respeitáveis.

Segundo nos diz Grele (1996: 68-69), as conferências internacionais puseram os historiadores orais norte-americanos em contato com dimensões críticas que, embora não totalmente ausentes nos EUA, limitavam-se ali a um pequeno grupo universitário, sufocado entre arquivistas e ativistas. Ultrapassando as fronteiras nacionais, esse grupo contribuiu para a criação de um Comitê Internacional dentro da *Oral History Association* (O.H.A.), cuja atuação foi fundamental na captação de recursos para levar, aos encontros anuais da associação, os renovadores *off-USA* dos caminhos da oralidade. Além disso, na conferência de Essex foi criado o *International Journal of Oral History*, periódico que passa a promover contatos entre Estados Unidos, Europa e América Latina e tem, por benefício secundário,

uma mudança no formato e conteúdo do Oral History Review, órgão da O.H.A. (...). Embora este continue divulgando artigos de natureza how-to ou show-and-tell, um espaço bem maior começa a ser destinado a discussões teóricas (...) geradas em várias partes do mundo ou por perspectivas interdisciplinares” (idem: 69).

Acrescente-se ao par *internacionalismo-interdisciplinarização*, que os Estados Unidos entram, no fim dos anos 1970, na Era Reagan, fazendo

com que “em Washington D.C. (...) os financiamentos para programas de história de comunidades sejam interrompidos” (idem: 72). Por conseguinte, na paisagem norte-americana, a internacionalização torna-se imprescindível base de apoio num momento em que projetos sociais e militância passam a ser olhados de soslaio, quando não são diretamente dificultados ou impedidos.

Mas falávamos do lugar de destaque dos italianos nesse processo de reconhecimento acadêmico internacional, o que talvez leve a imaginar que a qualidade dos trabalhos de Passerini e Portelli seja primordialmente atribuível a contribuições universitárias ou de centros de pesquisa. Incursões pelos escritos desses historiadores indicam ser tal imagem uma ilusão: pelo contrário, os trajetos da história oral em território italiano estão intimamente associados aos da militância, seja em agrupamentos políticos da Nova Esquerda seja em movimentos sociais (autonomistas, feministas etc.).

A lógica da exposição dificilmente é capaz de retratar a descoberta. Localizado em uma coletânea (FERREIRA e AMADO, 1996) até então folheada sem entusiasmos maiores, “O massacre de Civitella Val di Chiana: mito, política, luto e senso comum”, um dos primeiros artigos de história oral em que me detive com atenção especial, devia-se a Alessandro Portelli. Ao lado de seu nome, à época não associável a quaisquer honrarias, anotei: “autor muito inteligente”. Para uma universitária como eu, é difícil não se encantar com mostras de requinte discursivo – conceituação rigorosa, desconstrução de naturalizações arraigadas, transdisciplinaridade bem orquestrada. Cumpre explorar, justamente neste sentido, alguns elementos que demonstram ser impossível determinar o quanto deve o brilho da produção italiana, particularmente a de Portelli, aos livros e aos arquivos – atividade um tanto elitizada e solitária – e o quanto

ao nomadismo, aos encontros surpreendentes, às misturas apaixonadas da vida política.

História sem historiadores

Em 1996, solicita-se a Alessandro Portelli a redação de um balanço da história oral na Itália e o produto resulta paradoxal: depois de se referir ao papel de vanguarda atribuído a seu país pela instâncias internacionais, ele mergulha no plano local para mostrar que, de perto, as coisas não são bem assim... O próprio Portelli, graduado em Direito e Letras, sem qualquer aprendizado formal de técnicas de entrevista, registro, transcrição e arquivamento, é então o único pesquisador identificado com a História Oral a ocupar uma cadeira na Universidade Italiana – assim mesmo, como responsável pela disciplina Literatura Americana. Depois de passar muitos anos em universidades norte-americanas, a igualmente célebre Luisa Passerini encontra-se, à época, radicada em Florença, mas associada a um estabelecimento não-nacional, a Universidade Européia.

Na contramão de uma perspectiva hoje em dia dominante, não há motivo para identificar reconhecimento acadêmico com produção significativa. Nesta linha, alerta Portelli que quando renomados universitários de seu país perseveraram em desmerecer a história oral – qualificando-a de ingênua, política e polêmica –, a ocorrência deriva de uma rede de razões em que o pretenso rigor epistemológico está nitidamente subordinado às lutas pelo poder: na Itália, qualquer vinculação de um pesquisador à história oral conduz, através de empedernidas associações, à *Nova Esquerda* e, desta, ao *terrorismo* (Cf. PORTELLI, 1996: 392).

Portelli não nega que a história oral italiana tenha nascido fora da historiografia oficial: a ênfase na memória dos esquecidos a situa, desde os

primórdios (anos 1950/60), como uma forma de *contra-história*, cuja rejeição pela comunidade instituída seria de se esperar. Porém os destinos desses contra-historiadores são muito mais funestos do que o previsível: gente como Alfredo Martini, Giovanni Contini, Nuto Revelli e Cesare Bermani⁵ continuava, à época do balanço em pauta, ativamente excluída do meio acadêmico. Um pequeno detalhe pode funcionar, a esse respeito, como potente analisador: “Pelo menos um membro do corpo editorial de *I Giorni Cantati*, uma revista também associada com a história oral, precisou ter seu nome suprimido da lista a fim de poder concorrer a uma bolsa de pós-graduação em história urbana” (idem: 407).

Portelli não dista muito desse grupo de *intelectuais sob suspeita*. Em 1969, tomou duas atitudes que o transformaram em típico historiador oral italiano: comprou um gravador e uniu-se a *Il Manifesto* (Cf. PORTELLI, 1991a: VIII). Liderado por Lucio Magri, *Il Manifesto* foi, de início, uma fração do Partido Comunista Italiano (PCI), composta de estudantes e intelectuais que criticavam as posturas reformistas da agrupação partidária e sua submissão, mesmo que discreta, às diretrizes de Moscou. Embora, diferentemente dos demais PCs europeus, o PCI tenha ajudado a engendrar o movimento de 1968, passado o ápice do mesmo refugiou-se em prudente oficialidade. O recuo foi seguido por uma série de defecções internas e pela criação de novos núcleos e organizações. Dissidentes do PCI ou criados à sua revelia, todos se identificam como Nova Esquerda, porém alguns, dentre os quais *Il Manifesto*, definem-se como esquerda alternativa e pretendem reinventar práticas de luta política ancorados em um vigor teórico renovado; já outros, como *Lotta Continua*, *Potere Operaio*, *Gruppi di Azione Partigiana*, *Unione dei Comunisti Italiani* e o mais conhecido de todos, *Brigate Rosse*, passam diretamente à luta armada (Cf. ARAUJO, 2000: 64).

Por conseguinte, a aura de terrorismo associada à nova esquerda constitui uma estratégia de controle por parte das instâncias estatais: nem toda ela optou por ações marcadas pela violência.

Acerca de *Il Manifesto*, diz-nos Portelli: “... era aquele que me parecia o menos leninista e o menos stalinista dos grupos da nova esquerda, muito maoísta mas também muito luxemburguês e, assim, nesse âmbito, (...) conheci pessoas que tocavam, que faziam música...” (PORTELLI, 1997a: 207). A referência musical aponta a toda uma formação extra-acadêmica. Desde o final dos anos 1960, Portelli mantinha contato com o Instituto Ernesto De Martino, onde recebeu de Gianni Bosio, seu fundador, lições decisivas. Fortemente influenciadas pelo idealismo de Benedetto Croce e ainda mais limitadas, posteriormente, pelo policiamento cultural exercido pelo fascismo, tanto as ciências sociais como a história, na Itália, tendiam a restringir suas investigações ao plano ético-político de elites e instituições. Até mesmo os historiadores profissionais de esquerda inclinavam-se a concentrar esforços na *cultura* e nas *lideranças* dos *partidos* da classe operária. Bosio, entretanto, era um historiador do movimento operário mais ou menos marginalizado, tanto pela academia quanto pelos partidos socialistas oficiais. Julgava que a história das classes trabalhadoras deveria conter todas as formas de expressão, organizadas ou não, partidárias ou não, o que o levou a ensaiar uma síntese entre história, folclore e etnologia. Segundo Portelli, “Bosio percebeu que os dados para a história interdisciplinar vista de baixo que tinha em mente precisavam ser criados a partir do zero” e, apesar de consciente de que o trabalho de campo corre sempre o risco de ser conduzido de modo ingênuo e acrítico, acreditava que “trabalho de campo ‘inadequado’ é melhor do que trabalho de campo nenhum, na medida em que pelo menos fornece dados para análises mais

sofisticadas” (PORTELLI, 1996: 393). Esta primeira lição de Gianni Bosio será muitas vezes reafirmada por Portelli em seus próprios trabalhos.

Ainda mais singela em aparência, a segunda lição levava a prescindir de toda uma série de procedimentos standardizados: “Nunca desligue o gravador – isto é, nunca deixe de prestar atenção e sempre demonstre respeito pelo que as pessoas escolhem dizer a você” (PORTELLI, 1991a: X). Atendendo a tal recomendação, as entrevistas se distinguiam de simples instrumentos para recolher informações, aproximando-se de um “encontro politicamente significativo, uma situação de aprendizado e um ‘experimento em igualdade’ tanto para o depoente quanto para o entrevistador” (PORTELLI, 1996: 393).

Decorre de confluências singulares entre os elementos até aqui explorados – Nova Esquerda, aproximação ao cotidiano popular, pesquisa extra-universitária, recurso a canções, ênfase em um trabalho de campo definido em tons libertários –, multiplicados por outros que nos limitaremos a mencionar – período de residência nos Estados Unidos em momento de ampla mobilização pelos Direitos Civis, estudos de Letras (Inglês), com atenção voltada às conexões entre *folk music* e canções de protesto –, o interesse que Portelli acabará por demonstrar pela história oral. O terreno estava preparado com a imprescindível instabilidade: chegava-se próximo ao *rank-and-file*, não apenas às lideranças operárias; valorizavam-se os nexos entre cultura, subjetividade e política; solicitavam-se peças de cultura musical, mas tudo se escutava e gravava. Um problema específico dará a volta decisiva a esse caleidoscópio.

Homens infames

Relata Portelli que, por volta de 1972-1973, um cantor popular o levou a Terni para conhecer Dante Bartolini, militante radical, ex-operário

siderúrgico: “... eu gravei suas canções, e foi ele que me contou pela primeira vez a história de Luigi Trastulli, errada. Mas ele era um narrador absolutamente extraordinário” (PORTELLI, 1997a: 208).

Segundo fontes escritas (jornais da época), Trastulli era um jovem operário, morto em um confronto com a polícia em 17/03/1949 – data em que os trabalhadores haviam saído da fábrica para uma concentração contra a assinatura do Tratado do Atlântico Norte pelo governo italiano. Não obstante a morte do rapaz tenha sido estúpida e trágica, o que surpreendeu Portelli foi a quantidade de lendas e reconstruções imaginárias que, nos anos 1970, os ex-companheiros apresentavam sobre o ocorrido:

O ‘erro’ mais corrente e significativo (comum demais para ser explicado através de falhas da memória individual) é a mudança da data e do contexto do evento, da concentração anti-OTAN de 1949 para as lutas nas ruas subseqüentes à demissão de dois mil trabalhadores da siderúrgica em outubro de 1953 (PORTELLI, 1991b: 1-2).

Tudo principiara por acaso, com a narrativa de Dante Bartolini; mas logo muitas outras a ela se somaram, fazendo com que Portelli erigisse a morte de um obscuro operário em formidável objeto de criação historiográfica. A respeito, comenta:

Quando esbarrei com a história de Luigi Trastulli, não estava buscando história oral: estava à procura de canções populares. Tivesse eu sido treinado para aferrar-me ao propósito de minha pesquisa e para levar a sério apenas ‘fidelidade minuciosa’, não teria escutado. (...) A segunda razão [para escutar] foi o fato de as histórias serem belas e bem contadas, e de eu saber que não há beleza sem sentido (a estética não é apenas ornamento e apreciação; é uma forma de conhecimento) (PORTELLI, 1991a: IX-X).

Os anos 1970 são o momento de fama dos *homens infames*: Menocchio (Carlo Ginzburg), Pierre Rivière (Foucault), Trastulli (Portelli)... Porém enquanto Menocchio e Rivière rapidamente trazem prestígio a seus descobridores, a pesquisa de Portelli se desdobra à maneira de uma política de longa duração: ele dialoga com a gente de Terni, grava depoimentos, compara versões; ao mesmo tempo, promove seminários em que discute com os operários a forma como se constroem as versões da morte de Trastulli.

Em um desses encontros, diz-lhe um trabalhador siderúrgico:

...se alguém conta uma história diferente do modo como aconteceu, talvez isso, inconscientemente, fosse o que estava tentando conseguir; talvez fosse um desejo que abrigasse, no qual suas ações tenham se baseado. Embora isso nunca se torne um fato histórico, inconscientemente deve ter havido algo em seu comportamento que tentava consegui-lo, e agora ele cria disso um mito, porque nunca o alcançou de fato; mas certamente – quem sabe – o que ele nos diz era sua ambição (PORTELLI, 1991b: 2).

Mais confiante em seus interlocutores do que faria prever uma postura associada ao campo da historicização da memória, Portelli não menospreza a teorização do *nativo*. Bem ao contrário, dela fará uma das bases para o texto final acerca da relação entre memória e acontecimento no Caso Trastulli⁶.

Bem antes disso, no entanto, dá-se uma tentativa de congregar os esforços dos estudiosos interessados em vozes de *nativos* próximos ou distantes. Em 1976, na cidade de Bolonha, realiza-se o encontro *Antropologia e História: fontes orais*. Marcam presença vários antropólogos italianos, bem como pesquisadores internacionais de diversas procedências; porém os historiadores do país-sede estão quase totalmente ausentes. É claro que se vêem alguns africanistas, e que o Instituto Ernesto

De Martino tem a rara oportunidade de difundir seu trabalho para além da militância; tampouco se pode negar a ênfase interdisciplinar que caracteriza os debates. A Conferência, no entanto, é um retumbante fracasso quanto ao intento de gerar uma linha de pesquisa com fontes orais. Como consequência, os círculos acadêmicos que a haviam promovido perdem o interesse, voltando a ignorar ativamente cerca de 20 anos de trabalho extra-universitário consolidado (Cf. PORTELLI, 1996: 397).

Equalizada ao terrorismo, por um lado, e associada à menoridade por decreto atribuída ao alheio aos muros da academia, por outro, a história oral italiana chega ao fim dos anos 1970 qualificada de politicamente *perigosa* e epistemologicamente *monstruosa*. Para piorar o quadro, nova categoria de acusação lhe é agregada: *estrangeira* – se não a prática, ao menos a expressão *história oral* provém da Grã Bretanha e dos Estados Unidos.

É deste último país que chega, à época, Luisa Passerini – em pessoa e em texto. A antologia *Storia Orale*, por ela organizada em 1978, dá a conhecer as experiências britânica e americana, e, principalmente,

lança as bases de preocupações que se tornariam cruciais para definir, futuramente, a especificidade da história oral italiana: o papel da subjetividade, o uso de conceitos e instrumentos psicológicos para a interpretação de narrativas e o estudo dos mecanismos da memória (PORTELLI, 1996: 397).

Não obstante a última citação retrate sinteticamente o começo dos tempos de internacionalismo da história oral italiana, não faz inteira justiça às diferenças de perspectiva entre Passerini e Portelli. É certo que no campo minado em que ambos se movem há apenas duas táticas possíveis: aceitar as regras impostas pelos detratores, tentando demonstrar que as fontes orais, caso submetidas a tratamento adequado, oferecem informação factual precisa; ou instaurar parâmetros novos, imanentes às notas singulares das

fontes orais. Tanto Passerini quanto Portelli privilegiam a segunda via, mas não se deve omitir, principalmente quando se está em busca de relações entre a *história oral* e a *crítica histórica*, serem díspares as soluções encontradas pelos dois autores.

Em uma apreciação sucinta de tal disparidade, optamos por mencionar o quanto nos impressiona a reverência demonstrada por estudiosos das mais diversas áreas pelo saber acerca da dimensão subjetiva, do qual os *psi* (especialmente os psicanalistas) seriam detentores. Quando tal circunstância se faz presente entre historiadores, afigura-se preocupante: pois como poderemos nós, agentes *psi*, auxiliar a história no conhecimento da subjetividade, a não ser que historicizemos nosso próprio objeto? Enquanto Passerini não foge demasiado a essa incômoda reverência, Portelli, ao contrário, cria conceitos capazes de imanentizar história e subjetividade – razão pela qual procuraremos partilhar, a partir de agora, somente os afetos despertados pela leitura de seus trabalhos.

Sem medo

Dar a conhecer as relações entre autor e leitor é tarefa difícil. Patrícia Duncker, romancista antilhana, ressenete-se da ausência de uma festa que consagre tão estranho amor: “O amor entre um escritor e um leitor não é nunca celebrado. Não se pode provar que existe” (DUNCKER, 1998: 166). Contudo, a paixão silenciada encontra, nessa solidão de vozes outras, a sua mais fecunda materialidade: “Você disse que o amor entre um escritor e um leitor não é nunca celebrado, não se pode pensar que existe. Isto não é verdade. Eu voltei para encontrar você. E quando encontrei não desisti de você. Nem irei fazê-lo agora” (idem: 183).

Alucinando Foucault, conforme o título de seu romance, Duncker o multiplica e desdobra, fá-lo saltar, nada estruturalista, para além das páginas

dos livros. Atraída por enfoques da linguagem que a tornam *acontecimento* – mais que designar ou encadear-se, ela então induz, seduz, conduz –, acabei por *alucinar Portelli*. A cada frase, éramos mais próximos e, qual Duncker, “eu lhe respondi nas margens dos seus livros, na folha de guarda, na página de rosto. Você nunca ficou sozinho, nem esquecido, nem abandonado. Eu estava aqui lendo, esperando” (idem: 183). Sim, encontrara, com certeza, um “autor muito inteligente”. Conseqüentemente, comecei a encomendar a livrarias norte-americanas tudo o que pude daquele professor italiano que tudo cantava e contava – salas de aula e corredores universitários, processos judiciais, passeatas, praças, padres delatores, cancionários, mitologias políticas, guerras, lembranças de velhos, direitos civis, memórias de lutas, fato e ficção, literatura e vida ... oralidade-método!

Mas isso veio depois. Quando recém-ingressada nas vibrações italianas de Babel, deixei-me conduzir por “What makes oral history different”⁷, o artigo-divisória que institui a história oral como *diferente* – nem menor nem melhor – em função daquilo que ela simplesmente é. Partilhemos, pois, esta ventura.

Na introdução redigida para o *Oral History Reader* editado em 1998, Perks e Thomson assim sumariam a contribuição do trabalho de Alessandro Portelli:

...desafiou os críticos da história oral e das chamadas ‘memórias não confiáveis’ (...) ao argumentar que ‘o que faz a história oral diferente’ – oralidade, forma narrativa, subjetividade, ‘credibilidade diferente’ da memória e relação entre entrevistador e entrevistado – deve ser considerado como força em lugar de fraqueza, recurso ao invés de problema. O artigo de Portelli (...) é uma exploração sutil das ‘peculiaridades da história oral’ e uma introdução ideal para iniciantes ao campo (PERKS e THOMSON, 1998: 4).

Admirável pela concisão, esta apresentação pode induzir a engano: os argumentos do texto de Portelli têm especial valor não exatamente por responderem às objeções clássicas, mas por serem capazes de abrir um caminho já singular em meio às novas tendências, de cuja implantação fazem parte. Vejamos brevemente por quê, apelando a um episódio ligado a outro espaço de debates.

Conta-nos Didier Eribon que o militante-historiador David Halperin lhe disse certa vez: “Quando ouço alguém dizer que Michel Foucault era homossexual mas não era apenas isso, considero que estou diante de uma versão liberal da homofobia” (ERIBON, 1996: 37). A forma discursiva criticamente analisada por Halperin é análoga à que se faz presente – de modo mais, ou menos explícito – em inúmeros trabalhos de estudiosos da construção histórico-social da memória: “a memória é uma fonte histórica, mas não é apenas isso”. Em que pese aceitem conceder estatuto documental à oralidade, esses pesquisadores o fazem sob o modelo de um objeto que, por ser memória, atraiçoa, engana, é possivelmente infiel aos fatos; que, apesar de fonte, não é límpida, ou seja, “não é apenas isso”. Pode-se ver no procedimento desses acadêmicos um efeito daquilo que se propõem a analisar: efeito da construção social de uma memória, sim; mas de uma memória...de classes perigosas, talvez, para a prática *asséptica* da erudição. A rígida separação entre a pesquisa universitária e a desenvolvida pela militância é um dos principais indícios dessa *demofobia memorial*, versão liberal.

Talvez Portelli escape a esse funesto destino por provir de *lugares outros*: folclore, cultura de massa, literatura, etnomusicologia etc... Em entrevista concedida no Brasil, revelou já terem tentado enquadrar sua prática em algum campo disciplinar pré-definido: “Na véspera de minha

viagem para cá, encontrei um velho amigo, um antropólogo, que me disse: ‘estive pensando em você. Porque compreendi o que é que você fazia, (...) você fazia estudos culturais, não?’”. Como italiano, sentiu-se ofendido – “estudos culturais, entre nós, é uma coisa muito acadêmica e esnobe” –, mas logo encontrou uma via de positividade no discurso do amigo: “ele tinha razão, pois fiz isso de entrelaçar literatura, cultura de massa, folclore, antropologia e coisas semelhantes” (PORTELLI, 1997a: 210). Essa positividade singulariza sua prática como *afirmação da diferença*, abertura de veredas à *alteridade* – disciplinar, social, cultural, subjetivante – e vitória, mesmo que parcial, sobre o temor ao acontecimento aleatório dos discursos⁸.

Um monumento muito especial

“What makes oral history different” tem início com uma problematização da dicotomia *oral x escrito*:

De fato, fontes orais e escritas não são mutuamente exclusivas. Têm características comuns assim como características autônomas e funções específicas que apenas uma delas pode cumprir (...). Mas a subvalorização e a supervalorização das fontes orais acaba por cancelar suas qualidades específicas, tornando-as quer mero suporte para as tradicionais fontes escritas quer uma cura ilusória para todos os seus males (PORTELLI, 1991c: 46).

Liberada dos critérios habituais de valoração – o jurídico, no qual é réu ou testemunha da escritura; o médico, onde lhe cabe o papel de panacéia –, a história oral se irá mostrar, ao longo do artigo, naquilo que tem de intrinsecamente distinto e especificamente útil.

Ora, em primeiro lugar, as fontes orais são...orais! Em Portelli, essa aparente obviedade se torna uma espécie de cânone epistemológico,

peculiaridade primeva da história oral, apta a oferecer recursos para uma desmontagem rigorosa de grande parte daquilo que enche páginas e páginas da bibliografia referente ao procedimento. Nesta linha, ele compara a destruição das gravações – prática costumeira em alguns centros e programas – a um *extermínio* da palavra falada. Conseqüentemente, avalia como perda de tempo as intermináveis discussões metodológicas sobre técnicas de transcrição, concebendo-as como procedimentos de eliminação do *impublicável* – termo revelador, por sinal, já que o *impublicável* para finalidades acadêmicas reveste-se das regras de *bom-tom* da moralidade pública (conforme se faz perceptível na frase “Fulano disse coisas impublicáveis”).

Amante de arte e literatura, Portelli ironiza:

Esperar que a transcrição substitua a fita gravada para fins científicos é equivalente a fazer crítica de arte em reproduções ou crítica literária em traduções. A tradução mais literal dificilmente é a melhor e uma tradução realmente fiel sempre implica certo grau de invenção. O mesmo pode ser válido para a transcrição de fontes orais (idem: 47).

Ao ressaltar o óbvio – a oralidade das fontes orais –, o historiador italiano as aprecia no plano (imanente) da efetuação, e não no (extrínseco) da origem – os grupos iletrados – ou do conteúdo – a vida cotidiana e a cultura material –, fazendo notar, ademais, que esses últimos aspectos não estão invariavelmente ligados a tipos específicos de fontes:

Cartas de imigrantes, por exemplo, têm a mesma origem e conteúdo, mas são escritas. Por outro lado, muitos projetos de história oral coletam entrevistas com membros de grupos sociais que utilizam a escrita e se ocupam de tópicos usualmente cobertos pelo material padrão dos arquivos escritos (idem: idem).

Caso se limitasse, portanto, a enfatizar origem e conteúdo, a história oral careceria de positividade própria, propondo-se a dar conta de um âmbito já suficientemente estabelecido, o da *história social*. Qual seria, então, a dimensão ligada à especificidade das fontes *orais*? Portelli nos dirige à *forma*. Pois enquanto a escrita transmite sentidos através de traços segmentários (grafemas, sílabas, palavras e sentenças), a oralidade o faz por intermédio de série diversa:

A amplitude de tom e volume e o ritmo da fala popular veiculam sentido implícito e conotações sociais irreprodutíveis na escrita – a não ser, e assim mesmo de forma inadequada e dificilmente acessível, como notação musical. A mesma afirmação pode ter sentidos bastante contraditórios de acordo com a entonação do falante, que não pode ser objetivamente representada na transcrição, mas apenas aproximadamente descrita nas próprias palavras do transcritor (idem: idem).

Pontuamos textos para torná-los legíveis, obedecendo a regras gramaticais fixas (por mais que arbitrárias), incapazes de retratar pausas, mudanças de ritmo, alterações na velocidade ou qualquer combinação dessas qualidades específicas da oralidade. Acerca das mesmas, Portelli formula heurísticas conjecturas: associação entre pausas regulares e padrão narrativo descritivo-referencial; ligação entre mudança de ritmo e mudança de atitude; conexão entre mudanças de velocidade e fatores como ênfase, dificuldade e/ou familiaridade com o tema etc.. Paulatinamente, conduz à diretriz fundamental de análise:

As mudanças (...) são a norma da fala, enquanto a regularidade é a norma da escrita (principalmente quando impressa) e a norma presumida da leitura: as variações são introduzidas pelo leitor, não pelo próprio texto. (...) Traços que não podem ser contidos dentro de segmentos [como na escritura] são o lugar (não exclusivo, mas muito importante) de funções narrativas essenciais [da oralidade] (idem: 48).

A segunda peculiaridade da história oral destacada no artigo em pauta refere-se justamente a esse caráter *narrativo* das fontes orais. Conquanto frise não haver regras prontas, Portelli semeia subsídios – possíveis modos de análise para os relatos –, mediante categorias desenvolvidas pela teoria da narrativa: comparar a duração do evento com a duração da narrativa (aspecto indicativo do sentido do narrado para o narrador); observar a “distância” e a “perspectiva” assumidas no relato (reveladoras da posição do narrador nos acontecimentos); conceber ligações entre fontes orais oriundas das classes não hegemônicas e narrativas folclóricas (nas quais eventos e imaginação mesclam-se de forma bastante diversa da que ocorre na tradição escrita das camadas educadas); pesquisar a presença de materiais formalizados – provérbios, canções e estereótipos –, a fim de captar possíveis efeitos de pontos de vista coletivos sobre a narrativa singular; atentar para mudanças súbitas de linguagem, passando da forma padrão a dialetos (passível de indicar um envolvimento mais estreito do narrador com o narrado) ou vice-versa (favorecendo a hipótese da entrada em cena de temas conectados com a esfera pública, como a política instituída, por exemplo).

Em trabalhos mais tardios, Portelli será pródigo em páginas que conjugarão exemplos concretos, teorização e reflexões metodológicas. Dentre elas, vale trazer à baila o relato de Ferruccio Mauri, quarenta anos depois dos acontecimentos, sobre o dia de 1942 em que Mussolini anuncia a entrada da Itália na 2ª Guerra Mundial. Num fragmento da entrevista, o operário de Terni relembra o momento em que todos estão na praça ouvindo, por radiodifusão, a fala do Duce:

... eu via que todos à minha volta, enquanto se dizia que em Roma todos aplaudiam – à minha volta, eu via, todos estavam

preocupados. Isto é, pela primeira vez – não é poesia o que estou fazendo – eu via a seriedade da classe trabalhadora, a preocupação. Mesmo não podendo entender o motivo. Enquanto eu exultava, enquanto em Roma as pessoas aplaudiam, em torno de mim – outros poderiam dizer “Não, eles batiam palmas” – mas, em torno de mim, os trabalhadores que estavam comigo mostravam uma profunda preocupação, uma profunda apreensão (PORTELLI, 1997b: 83).

Acercando-se da fala de Mauri, Portelli faz referência a um recurso presente tanto na literatura moderna quanto nas narrativas orais: o *ponto de vista circunstanciado*. No depoimento do velho operário, a autoridade para interpretar não se apóia na posição de um narrador externo. Ao contrário,

ele é um narrador parcial (...) e só podia ver uma porção limitada do que estava acontecendo. Para ser um narrador onisciente nesta situação, haveria que se estar situado no topo do prédio da prefeitura – (...) a partir do qual as armas estavam apontadas para a multidão (...). O contraste entre o ponto de vista de Mauri e o ponto de vista global dos prédios do governo e da polícia reproduz o contraste entre a autoridade pessoal de baixo e a autoridade institucional de cima, entre experiência interna e controle externo (idem: 84).

Voltando ao artigo que é nosso foco de exposição e análise, atingimos assim a terceira peculiaridade da história oral: ela nos diria “menos sobre eventos do que sobre seus sentidos” (PORTELLI, 1991c: 50). Mediante tal afirmação, não se recusa todo valor factual à disciplina: ela o tem, no que tange a origem – revelando eventos *desconhecidos* – e conteúdo – mostrando aspectos *desconhecidos* de eventos conhecidos. Nestes planos, contudo, o problema é o da verificação – característica partilhada com a documentação escrita. O elemento que as fontes orais oferecem ao historiador e que nenhuma outra possui na mesma medida é a subjetividade do falante: “As fontes orais não nos dizem exatamente o que as pessoas

fizeram, mas o que *quiseram* fazer, o que *acreditaram estar fazendo* e o que *atualmente pensam que fizeram*” (idem: idem; grifos nossos).

O risco de uma introdução acrítica das ciências do subjetivo a fim de dar conta desta tríade – desejo, crença e memória – é rapidamente conjurado por novo apelo ao literário. Para Portelli, que utiliza uma distinção proposta pelos formalistas russos, as fontes orais meramente se agregam a outras fontes históricas quando se trata da *fábula* – seqüência lógico-causal da narrativa –, mas se tornam únicas (e insubstituíveis) no caso da *trama* – forma pela qual os materiais são dispostos pelos narradores. A distinção mostra-se ainda mais importante quando se considera que “a organização da narrativa revela grande parte das relações dos falantes com sua história” e que “a subjetividade é assunto da história tanto quanto os ‘fatos’ mais visíveis” (idem: idem).

Aqui, ao falar em subjetividade, estamos no campo das *relações*, pois, para o historiador italiano, a subjetividade é concebida como *relações entre o sujeito e a história*; melhor dizendo, aliás, o próprio sujeito corresponde a *relações com a história*. Neste sentido, ocorrências subjetivas são *fatos históricos* como os demais: “Aquilo em que os informantes acreditam é realmente um *fato* histórico (isto é, o fato de que eles acreditam), tanto quanto o que realmente aconteceu” (idem: idem).

Para demonstrá-lo, a morte de Luigi Trastulli representa oportunidade privilegiada: o deslocamento, nos relatos orais, de uma data para outra e de um contexto para outro não contribui para que passemos a duvidar da cronologia instituída; sua positividade reside em nos levar a redimensionar uma fase inteira da história da cidade de Terni. Para apreender o sentido e os efeitos de tal redimensionamento, é necessário passar à quarta peculiaridade da história oral: “As fontes orais são de

confiança, mas com uma credibilidade diferente. A importância do testemunho oral não recai em sua aderência ao fato, mas em seu desvio quanto ao mesmo, onde a imaginação, o simbolismo e o desejo emergem” (idem: 51).

Orais, narrativas e subjetivas, as fontes com que trabalha a história oral jamais são falsas – afirmação que lança um balde de água fria sobre os *fidelistas*, e outro, de água gelada, sobre os *suspeitosos*. Porque embora Portelli esteja consciente de que afirmar, como positividade, uma verdade diferente – mutante-mutável – dos relatos contraria o impulso inicial da história oral (desejo de *mais realidade* factual mediante a *experiência direta*), não pretende eliminar a tensão política que a fez atraente em momentos de luta no território da história, tampouco transformar depoimentos em mero objeto de desconstrução para acadêmicos sapientes. Como dirá mais tarde, quer trabalhar com uma combinação singular de “consciência metodológica e tensão política”, já que a história oral nos torna “desconfortavelmente cômicos do caráter furtivo da própria verdade histórica” (PORTELLI, 1991a: VIII-IX).

Por esse caráter furtivo são também responsáveis os documentos escritos, que não detêm qualquer monopólio de credibilidade. É preciso, aliás, monumentalizá-los⁹ com exatidão, pois quase sempre derivam da “transmissão sem controle de fontes orais não identificadas” (PORTELLI, 1991c: 51). No caso da reportagem de jornal que atesta a morte de Trastulli na manifestação contra a OTAN em 1949, por exemplo, o texto começa com a seguinte frase: “De acordo com informação verbal fornecida...”. Evocando-a, Portelli denuncia a passagem entre fontes orais (indefinidas) e documentos escritos como movimento dotado de insuficiente credibilidade, além de freqüentemente marcado por tendenciosidades de classe. Para

ilustrá-lo, refere-se aos processos judiciais italianos, nos quais os registros não contêm as palavras efetivamente ditas pelas testemunhas, e sim um sumário ditado pelo juiz ao escrivão. Sabendo que em 1985 Portelli lançará um artigo-manifesto contra os procedimentos legais empregados no julgamento de Toni Negri¹⁰ – professor de teoria política, membro de *Potere Operaio*, processado, a partir de evidências mais do que frágeis, como ligado ao assassinato do primeiro-ministro Aldo Moro pelas Brigadas Vermelhas –, aprecia-se melhor a reprimenda que faz aos fetichistas da escritura: “...muitos historiadores que torcem o nariz para as fontes orais aceitam essas transcrições legais sem fazer maiores perguntas” (idem: idem).

No plano do enfrentamento oralidade *versus* escritura, ainda hoje dois argumentos são freqüentemente esgrimidos: os documentos orais teriam, como imperdoáveis pecados, o fato de serem *obtidos a posteriori* e de serem *provocados*. A posterioridade, mediaticidade ou distância temporal entre o acontecimento e a obtenção da fonte é vista por Portelli como algo que concerne igualmente à escritura:

...muitos documentos escritos (...) são usualmente redigidos algum tempo depois do evento a que se referem e, muitas vezes, por não participantes. (...) Embora memórias de políticos ou líderes trabalhistas sejam usualmente críveis até prova em contrário, estão tão distantes de certos aspectos do evento com que se relacionam quanto muitas entrevistas de história oral, e apenas escondem sua dependência do tempo ao assumirem a forma imutável de um ‘texto’ (idem: 52).

Apaixonado pela oralidade, o historiador italiano possui as ferramentas necessárias para singularizar as relações entre fala e memória. Apoiando-se em pesquisas de Vansina, Goody, Ong e outros estudiosos das tradições orais, faz-nos ver que os narradores dispõem de artefatos culturais

para a preservação de lembranças: “Muitas histórias são contadas uma vez e mais outra, ou discutidas com membros da comunidade”. Também etnomusicólogo, conhece bem o mais importante desses artefatos: “... a narrativa formalizada, inclusive rítmica, pode ajudar a preservar a versão textual de um evento” (idem, idem). Além de tudo, só o preconceito acadêmico mais rasteiro levaria a imaginar a existência de narradores de tipo puro, completamente apartados de qualquer documentação:

...muitos informantes lêem livros e jornais, escutam rádio e TV, ouvem sermões e discursos políticos e preservam diários, cartas, recortes de jornal e álbuns de fotografias. (...) Oralidade e escritura há muitos séculos não existem separadas; se muitas fontes escritas estão baseadas na oralidade, a própria oralidade moderna está saturada de escritura (idem: idem).

A partir de então, vemo-nos mergulhados no tema da memória, ponto nodal dos debates contemporâneos sobre o caráter dos documentos orais. Em atitude distinta de outros *memoristas*, Portelli não arma uma cruzada de temores epistemológicos (quanto à veracidade) ou políticos (quanto ao populismo, ao basismo, ao espontaneísmo), preferindo acentuar positivamente:

*... a memória não é um passivo depósito de fatos, mas um processo ativo de criação de sentidos. Portanto, a utilidade específica da história oral (...) recai não tanto em sua capacidade para preservar o passado, mas nas próprias mudanças instauradas pela memória. Estas mudanças revelam o esforço dos narradores para atribuir sentido ao passado e dar forma às suas vidas, **colocando a entrevista e a narrativa em seu contexto histórico** (idem: 52; grifos nossos).*

A despeito da simplicidade, o segmento em negrito é dificilmente igualável como exercício de monumentalização, devendo ser estendido a todo e qualquer documento. Ressalte-se ainda que a memória jamais

aparece, em Portelli, como faculdade psíquica individualizada ou como fato social totalizante. Através de acurados exemplos, ele nos leva a entendê-la como invariavelmente correlacionada a dispositivos de saber, poder e subjetivação.

O primeiro exemplo remete à dificuldade atual, exibida por alguns entrevistados, em relatar antigas formas ilegais de luta, como a sabotagem, por exemplo:

...isto não significa que não recordem claramente, mas sim que houve uma mudança em suas opiniões políticas, nas circunstâncias pessoais ou na linha do partido. (...) Nestes casos, a informação mais preciosa pode estar naquilo que os informantes escondem e no fato de que, de fato, o escondem, em lugar de naquilo que dizem (idem: 52-53).

A maneira pela qual Portelli entende esses silêncios oscila entre a atribuição dos mesmos à ação de forças anônimas – distanciando-nos de perspectivas psico-positivistas sobre graus mensuráveis de lembrança e/ou esquecimento – e a admissão de certo (auto)controle do processo – evitando encerrar as falas no plano de uma memória coletiva integralmente programada.

Tais concepções estão bastante próximas às de outro oralista contemporâneo, Ronald Grele. Referindo-se ao debate relativo à possibilidade de construir efetivo conhecimento histórico em um mundo dominado por múltiplos sistemas de códigos arbitrários, dos quais seríamos – historiadores e/ou entrevistados – nada mais que efeitos – tendência denominada *pós-modernista* em solo norte-americano –, Grele ressalta a particular importância do trabalho de campo para a preservação de uma postura simultaneamente aberta e auto-reflexiva:

Quando assistimos as pessoas criarem suas histórias, vemo-las lutar dentro de e contra códigos, literários e sociais, do mesmo

modo que nós mesmos devemos fazê-lo. Vemos as pessoas com quem falamos lidando com (...) contradições entre o que sabem e como o sabem, e percebemos estar juntos nessa luta (GRELE, 1996: 79).

Portelli e Grele esforçam-se, portanto, em preservar a memória como *espaço de lutas*, onde os depoentes (e também os historiadores) são, ao mesmo tempo, *elementos* que resultam da ação de códigos anônimos de variados tipos e *atores* dotados de alguma margem de liberdade – sempre situada – para lembrar e/ou esquecer, narrar e/ou banir do relato.

O segundo exemplo apresentado por Portelli nos fala dessa margem de liberdade, ao trazer à cena narradores capazes de reconstruir atitudes passadas, mesmo quando não coincidentes com as atuais. Sobressaem aqui os operários de Terni que, embora atualmente avaliem como contraproducentes as violentas represálias encetadas contra os executivos responsáveis pelas demissões de 1953, conseguem reproduzir as razões pelas quais, à época, elas pareciam úteis e justificáveis. Nova referência literário-formal contribui, então, para orientar o pesquisador no espaço de lutas em que ele e o entrevistado se movem:

Se a entrevista é conduzida com habilidade e seus propósitos estão claros para os narradores, não é impossível para estes fazer distinções entre o self presente e o self passado, objetivando o segundo como um outro, diverso do presente. Nestes casos, a ironia é o modo narrativo principal (...) (PORTELLI, 1991c: 53).

Igualmente viável, todavia, é o encontro com narradores presos a momentos climáticos da experiência pessoal, totalmente absorvidos pelos eventos históricos de que foram parte. Quando este é o caso, os relatos tendem a assumir cadência épica.

Chegamos, finalmente, à quinta e última marca singular da oralidade, através da qual Portelli responde às reprimendas dos que menosprezam os documentos orais por serem *provocados* – derivados de hipóteses, ativamente buscados pelos pesquisadores e, por tais motivos, em nada objetivos. Deixando-se tomar, estrategicamente, pelas categorias de acusação, ele assim se expressa:

As fontes orais não são objetivas. É claro que isto se aplica a todas as fontes, embora a santidade da escritura frequentemente nos leve a esquecê-lo. Mas a não-objetividade inerente das fontes orais recai em características intrínsecas específicas, das quais as mais importantes consistem em serem elas artificiais, variáveis e parciais (idem: idem).

Em apoio à tese, recorre inicialmente às palavras de Alex Haley na introdução à autobiografia de Malcolm X. Ali, Haley adverte o leitor que o deslocamento do relato de Malcolm X da posição oficial de um *Narrador do Islã* para considerações que revelam mudanças de posição política ao longo da vida não se dá espontaneamente, mas em decorrência da intervenção do entrevistador. O documento oral aparece, assim, como *resultado de uma relação* – observação sumamente importante para desvincular a prática da história oral de perspectivas quase caritativas, que *dariam* voz a certos agentes em espaços protegidos (e, talvez por isso, impotentizantes).

A comparação com a escritura facilita a apreciação da singularidade das fontes orais no que tange à artificialidade: “Os documentos escritos são fixos; existem, estejamos ou não conscientes deles, e não mudam uma vez que os tenhamos encontrado. O testemunho oral é apenas um recurso potencial até que os pesquisadores o chamem à existência” (idem: 54). Ressaltando ser indispensável a explicitação das condições de geração das fontes para que o historiador se distancie de uma ilusória posição de neutralidade, Portelli acrescenta: “O conteúdo da fonte escrita independe das

necessidades e hipóteses do pesquisador; (...) O conteúdo da fonte oral (...) depende amplamente do que os entrevistadores introduzem em termos de perguntas, diálogo e relações pessoais” (idem: idem). O historiador italiano não supõe, obviamente, serem naturais as condições de produção/distribuição/consumo das fontes escritas. A diferença de artificialidade situa-se na comparação entre escritura e oralidade enquanto documentos históricos: o artifício, no caso da escritura, *dissolve-se* (ou *se dissimula*) na interpretação; o relativo à oralidade *exibe-se* nas perguntas, diálogo e relação.

Esta ênfase na artificialidade da fonte oral desdobra-se em diversas considerações: é o pesquisador, em primeiro lugar, quem decide que haverá uma entrevista; na posição de audiência primeira, introduz um dispositivo condicionante da narrativa do entrevistado; caso o pesquisador opte por um roteiro fixo de perguntas, impõe novos condicionantes, que excluem previamente o imprevisível que poderia surgir no depoimento. Tudo isso incentivaria um tradicionalista a repudiar a história oral por carência de objetividade; na arquitetura de Portelli, entretanto, redundaria em singularização potencializadora:

O resultado final da entrevista é produto tanto do narrador quanto do pesquisador. Quando as entrevistas, como frequentemente ocorre, são publicadas omitindo inteiramente a voz do entrevistador, tem lugar uma sutil distorção: o texto dá as respostas sem as perguntas, criando a impressão de que certo narrador sempre diria as mesmas coisas, independentemente das circunstâncias (...). Quando a voz do pesquisador é eliminada, a do narrador é distorcida (idem: 54-55).

A frase que encerra a citação faz evocar uma divertidíssima afirmação do cineasta brasileiro Eduardo Coutinho, quando convidado a integrar uma mesa redonda sobre história oral no Rio de Janeiro:

Estou bastante constrangido de estar aqui, não porque eu não seja historiador exatamente, mas porque (...) em São Paulo já houve uma espécie de mesa igual a essa, e odeio repetir coisas que eu disse, então já me sinto mal de início porque quando filmo, por exemplo, eu jamais permito que uma pessoa diga uma coisa para mim pela segunda vez (...) esse depoimento é como pão amanhecido. (...). Em segundo lugar, eu me sinto mal porque nunca falo sozinho sem que me peçam (...); eu só falo se me perguntarem. Só uma pessoa louca é que sai falando pela rua sem lhe pedirem (COUTINHO, 1997: 165).

Além de abalar nosso lugar institucional, aparentemente tão sadio e natural, de conferencistas-faladores sem que nada seja perguntado, a intervenção de Coutinho porta novas provocações, simultaneamente políticas, epistemológicas e metodológicas:

...no documentário, (...) as pessoas filmavam em geral com um só microfone (...). Isso mostra que essas pessoas (...) pretendiam, no filme, dar a aparência de que só havia uma fala do interlocutor, sem ser provocada, por isso não precisava de um microfone para o diretor, que é o questionador. (...) As perguntas são essenciais como demonstrativas de uma voz que vem de fora, é algo que provoca e que gera um confronto (idem: 165-166).

As imagens de Coutinho cheiram a pão fresco em meio a práticas outras que, desejando tratar depoimentos como fontes objetivas, os transformam em pão dormido, abandonado em prateleiras de arquivo nos mercados de cientificidade. Também na direção da vida, do acontecimento-fornada, Portelli enfatiza a variabilidade do testemunho oral, que jamais é o mesmo duas vezes:

Esta é uma característica de toda comunicação oral, mas é especialmente verdadeira para espécies relativamente não estruturadas, como as afirmações históricas ou autobiográficas de uma entrevista. Inclusive o mesmo entrevistador obtém diferentes versões do mesmo narrador em momentos diferentes (PORTELLI, 1991c: 55).

Historiadores orais tradicionais fazem recomendações acerca do momento em que a coleta de relatos deve ser interrompida, imaginando um instante ideal em que não mais existiria informação substancial a ser acrescentada. Julgando que um dos traços peculiares da história oral reside em sua variabilidade e incompletude, Portelli nos brinda com diretrizes inteiramente distintas: os dados extraídos de uma entrevista são sempre o resultado de uma seleção produzida por uma relação entre pesquisador e pesquisado; nenhum procedimento de amostragem é capaz de oferecer garantias contra a exclusão de “narradores qualitativos” que, sozinhos, poderiam valer por inúmeras amostras estatisticamente dimensionadas (idem: idem).

Se aceitarmos que as fontes orais são dotadas dos cinco caracteres apresentados – oralidade, forma narrativa, subjetividade, ‘credibilidade diferente’ da memória e relação entre entrevistador e entrevistado –, ao menos no que tange a períodos para os quais estão disponíveis memórias de pessoas vivas, nenhuma investigação se esgota até que todas as fontes escritas e orais tenham sido exploradas: “O trabalho histórico que usa fontes orais é incompleto em decorrência da natureza das fontes; o trabalho histórico que exclui as fontes orais (quando disponíveis) é incompleto por definição” (idem: idem).

Por um historiador implicado

Ao longo de “What makes oral history different”, a cada passo se multiplicam as interferências, comunicações e/ou confrontos entre história oral e história em geral (no que tange à fidedignidade), ciências sociais (quanto à representatividade) e literatura (relativos à forma). As últimas páginas do artigo nos dirigirão particularmente a estas últimas relações, ou seja, aos nexos entre história oral e narrativa.

O tema é introduzido através de uma pergunta que se tornou central nos debates políticos sobre a disciplina: “Quem fala na história oral?”. Diferentemente de muitos ativistas, Portelli não reconhece na história oral um lugar onde a classe trabalhadora fale *por si própria*; porém considera a posição oposta – a de que a classe trabalhadora nada fala, ou a de que é *inteiramente falada* pelos dispositivos de controle da memória – igualmente infundada:

O relato de uma greve nas palavras e recordações dos trabalhadores em lugar das da polícia e da (freqüentemente inamistosa) imprensa obviamente ajuda (embora não automaticamente) a equilibrar uma distorção implícita a estas últimas fontes. As fontes orais são uma condição necessária (embora não suficiente) para uma história das classes não-hegemônicas; são menos necessárias (embora jamais inúteis) para a história das classes dirigentes, que dominam a escrita e legam registros escritos muito mais abundantes (PORTELLI, 1991c: 55-56).

Na sequência do texto, entretanto, Portelli se mostra menos preocupado com a identificação de *quem* fala ou *sob que nome*, do que com o modo como *quem fala sob seu próprio nome* – o historiador, indubitavelmente – o faz, e com que efeitos. Em história oral, é o historiador que controla o discurso: seleciona as pessoas a entrevistar; contribui para a montagem do depoimento, fazendo perguntas e reagindo às

respostas; dá aos relatos a forma final (escrita!) a ser publicizada, mesmo que se restrinja a elaborar uma montagem-transcrição. Por conseguinte, embora possamos aceitar, preservando a tensão política da história oral, que a classe trabalhadora fale através dela, “é claro que não fala em abstrato, mas *para* o historiador, *com* o historiador e, quando o material é publicado, *através* do historiador” (idem: 56).

Rigorous analista dos efeitos do discurso, Portelli percebe as consequências desqualificadoras que essas considerações poderiam ter quanto ao papel da oralidade nas lutas políticas. Sendo assim, tem o cuidado de ressaltar que suas objeções jamais se dirigem à palavra dos depoentes – sempre verdadeira, como vimos –, mas sim à prática corrente, por parte de muitos historiadores, de “desaparecer na objetividade das fontes”, dissimulando sua própria intervenção como participantes do diálogo, diretores de cena na entrevista, organizadores do testemunho e criadores (parciais) das fontes (idem: idem).

Vale dizer, neste ponto, que me voltei para a história oral durante uma pesquisa de doutoramento cujo objetivo era elaborar uma história da Análise Institucional (AI) no Brasil (RODRIGUES, 2002). A produção acadêmica anterior a respeito estava de tal forma cristalizada – aparecendo o paradigma da AI, invariavelmente, como aspecto secundário (e nada singular) da difusão da Psicanálise em nosso país –, que me vi instada a buscar procedimentos historiográficos capazes de desconstruir arraigados monolitos. Durante este processo, ao conhecer os trabalhos de Portelli, tive a grata surpresa de descobrir heurísticas semelhanças entre os problemas que assediam a história oral e os associados à Análise Institucional, particularmente no que remete à forma de escritura. Recorrendo a conceitos da AI, é possível afirmar que Portelli solicita do historiador não tanto uma

implicação em seu ofício, mas uma efetiva *análise dessa implicação*¹¹. Melhor dizendo, Portelli considera que o problema político enfrentado pelo historiador é menos o de um engajamento – presente em qualquer prática historiográfica, seja em favor de que classe ou grupo social for, saiba-o ou não o praticante –, que o da necessidade de lançar luz sobre os vínculos existentes entre o *produto* da história – uma narrativa – e seu *modo de produção*.

Com isso, o problema ganha uma relevância metodológico-política até então insuspeitada. Portelli fustiga os historiadores tradicionais que, habitualmente, se apresentam

no papel que a teoria literária descreveria como o de um narrador onisciente. Promovem um relato em terceira pessoa de eventos dos quais não foram parte e que dominam inteiramente a partir de cima (acima da própria consciência dos participantes). Parecem imparciais e desapaixonados, nunca entrando na narrativa exceto para fazer comentários paralelos, como certos novelistas do século XIX (PORTELLI, 1991c: 56-57).

Conquanto Nietzsche não seja uma referência explícita de Portelli, estas frases nos lembram as críticas do filósofo à perspectiva do historiador tradicional, que ele contrapõe à da *Wirkliche Historie* (história efetiva ou genealogia). Para Nietzsche, o historiador tradicional esconde seu próprio rancor sob a máscara do universal. Do mesmo modo que o demagogo invoca a verdade, a lei das essências e a necessidade eterna, o historiador apela à objetividade, à exatidão dos fatos e a um passado que não se move, procedimento assim retratado nas palavras de Foucault: “Tendo pretendido apagar de seu próprio saber todos os traços do querer, ele reencontrará do lado do objeto a conhecer a forma de um querer eterno” (FOUCAULT, 1979: 31). Onisciente, qual a Providência Divina, quanto a esse querer que jamais o toca (nem lhe toca), o historiador tradicional e a narrativa da qual é

inseparável fazem com que nos vejamos imersos em um inexorável destino, que pesa como um fardo. Por esta razão, Hayden Whyte, que acolhe Nietzsche e Foucault como intercessores na aventura de pensar a escrita da história, convoca-nos a uma experimentação original:

...precisamos de uma história que nos eduque para a descontinuidade como nunca se fez antes; pois a descontinuidade, a ruptura e o caos são o nosso destino. Se, como disse Nietzsche, ‘temos a arte para não precisar morrer pela verdade’, temos também a verdade para escapar à sedução de um mundo que não passa de uma criação dos nossos anseios (WHYTE, 1994: 63).

De uma história que nos eduque através da arte e da verdade-incompletude nos falam também os últimos parágrafos de “What makes oral history different”. Ali se propõe que a história oral modifique a escrita da história do mesmo modo que a novela moderna transformou a ficção literária, lançando o narrador no interior da narrativa. Não se trata de uma simples mudança gramatical da terceira para a primeira pessoa, ao estilo de uma confissão bem-intencionada, e sim de uma atitude discursiva totalmente nova:

O narrador é agora um dos personagens e o contar da história é parte da história que está sendo contada (...). Escrever uma história oral radical, portanto, não é questão de ideologia (...) nem de escolha de um conjunto de fontes em vez de outro. É, ao contrário, inerente à presença do historiador na história (...) e revela a historiografia como ato autônomo de narração. As escolhas políticas tornam-se menos visíveis e proclamatórias, porém mais básicas (PORTELLI, 1991c: 57).

Se Portelli não deixa entrever as presenças de Nietzsche, Foucault ou Whyte em seus textos, Walter Benjamin é divisado em pontilhado na construção deste historiador cujo relato

não está interessado em transmitir o ‘puro em si’ da coisa narrada como uma informação ou um relatório. Ele mergulha a coisa na vida do narrador para em seguida retirá-la dele. Assim se imprime na narrativa a marca do narrador, como a mão do oleiro na argila do vaso (BENJAMIN, 1994: 205).

Formado na militância neo-esquerdista dos anos 1960/70, o oralista italiano repudia o desaparecimento do historiador na presumida verdade objetiva de uma classe operária abstrata, à qual ele concederia, piedosamente, a palavra. Já que abstrações não falam, neste ventriloquismo o historiador nada mais faria do que se fingir de boneco de um prestidigitador que, na verdade, é criado por seu suposto brinquedo. Portelli prefere que se revele, na escrita da história oral, o narrador benjaminiano, ao qual atribui feições mais nítidas mediante novo apelo à teoria literária. Através desta, sabe-se que o ato de focalizar a função do narrador promove a fragmentação da função narrativa: quando um protagonista-narrador está em cena, só pode relatar o que ele próprio viu ou ouviu, sendo forçado a incluir muitos outros informantes para contar toda a história. Logo, “entrando explicitamente na história, os historiadores têm de permitir que as fontes entrem no relato com seu discurso autônomo” (PORTELLI, 1991c: 57).

Tal como antes acolhera, transformando-as em positivities, todas as objeções lançadas sobre a história oral enquanto procedimento metodológico, Portelli está pronto a fazer o mesmo no que tange às críticas à narrativa a que a história oral dá lugar, reivindicando uma singular *parcialidade*:

A história oral não tem sujeito unificado (...) e a imparcialidade tradicionalmente pretendida pelos historiadores é substituída pela parcialidade do narrador. ‘Parcialidade’ tem aqui o duplo sentido de ‘incompletude’ e de ‘tomar partido’: nunca se pode dizer que a história oral não toma partido, visto que os ‘partidos’

existem no interior do contar. E, independentemente de suas histórias pessoais e crenças, é difícil que historiadores e ‘fontes’ sejam do mesmo ‘partido’. A confrontação de suas diferentes parcialidades – confrontação como ‘conflito’ e confrontação como ‘busca de unidade’ – é uma das coisas que torna a história oral interessante (idem: 57-58).

De uma declarada parcialidade – o amor entre um historiador (oral) e seu leitor –, por mais que minuciosamente justificada, se compôs este artigo-celebração. Seu confronto com parcialidades outras, de eventuais leitores, poderá, talvez, torná-lo também interessante.

Referências Bibliográficas

- AMADO, J. “Nós e o espelho”. Em: FERREIRA, M.M.; FERNANDES, T. M.; ALBERTI, V. (orgs.) – *História Oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz/CPDOC-FGV, 2000.
- ARAUJO, M. P. N. *A utopia fragmentada. As novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 70*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.
- BENJAMIN, W. “Sobre o conceito de história”. Em: *Obras escolhidas – magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- COUTINHO, E. “O cinema documentário e a escuta sensível da alteridade”. *Projeto História* 15. Ética e História Oral, abr./1997.
- DA MATTA, R. “Brasil dois mil: um exercício de profecia”. Em: FERREIRA, M.M.; FERNANDES, T. M.; ALBERTI, V. (orgs.) – *História Oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz/CPDOC-FGV, 2000.
- DUNCKER, P. *Alucinando Foucault*. Rio de Janeiro: 34 Letras, 1998.
- ERIBON, D. *Michel Foucault e seus contemporâneos*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1996.
- FERREIRA, M. M. e AMADO, J. (orgs.) *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

FERREIRA, M. M.; FERNANDES, T. M.; ALBERTI, V. “Apresentação”. Em: *História Oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz/CPDOC-FGV, 2000.

FOUCAULT, M. “Nietzsche, a genealogia e a história”. Em: *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.

GRELE, R. “Directions of Oral History in the United States”. Em: DUNAWAY, D.K.; BAUM, W. (eds.) *Oral history: an interdisciplinary anthology*. Walnut Creek: Altamira Press, 1996.

JOHNSON, R. e DAWSON, G. “Popular memory: theory, politics, method”. Em: PERKS, R. e THOMSON, A. (eds.) – *The oral history reader*. London and New York: Routledge, 1998.

JOUTARD, P. “História oral: balanço da metodologia e da produção nos últimos 25 anos”. Em: FERREIRA, M. M. e AMADO, J. (orgs.) – *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

JOUTARD, P. “Desafios à história oral do século XXI”. Em: FERREIRA, M. M.; FERNANDES, T. M.; ALBERTI, V. (orgs.) – *História Oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz/CPDOC-FGV, 2000.

LE GOFF, J. *História e Memória*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1990.

LOURAU, R. “Implicação e sobreimplicação”. Em Altoe, S. (org.) *René Lourau: analista institucional em tempo integral*. São Paulo: Hucitec, 2004.

PERKS, R. e THOMSON, A. “Critical developments: introduction”. Em: *The oral history reader*. London and New York: Routledge, 1998.

PORTELLI, A. “Introduction”. Em: *The death of Luigi Trastulli and other stories: form and meaning in oral history*. Albany: State University of New York Press, 1991a.

PORTELLI, A. “The death of Luigi Trastulli: memory and the event”. Em: *The death of Luigi Trastulli and other stories: form and meaning in oral history*. Albany: State University of New York Press, 1991b.

PORTELLI, A. “What makes oral history different?” Em: *The death of Luigi Trastulli and other stories: form and meaning in oral history*. Albany: State University of New York Press, 1991c.

PORTELLI, A. “The oral shape of the law. The ‘april 7 Case’”. Em: *The death of Luigi Trastulli and other stories: form and meaning in oral history*. Albany: State University of New York Press, 1991d.

PORTELLI, A. “Oral History in Italy”. Em: DUNAWAY, D.K. e BAUM, W. (eds.) – *Oral History. An interdisciplinary anthology*. Walnut Creek: Altamira Press, 1996.

PORTELLI, A. “Depoimento”. *Projeto História* 15 – Ética e História Oral, n.º 15, abril/1997 (1997 a).

PORTELLI, A. “Philosophy and the facts. Subjectivity and narrative form in autobiography and oral history”. Em: *The battle of Valle Giulia: oral history and the art of dialogue*. Madison: University of Wisconsin Press, 1997b.

RODRIGUES, H. B. C. *No rastro dos cavalos do diabo. Memória e história para uma reinvenção de percursos do paradigma do grupalismo-institucionalismo no Brasil*. Tese de Doutorado. Instituto de Psicologia da USP, 2002.

THOMPSON, P. *A voz do passado*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

THOMSON, A. “Aos cinquenta anos: uma perspectiva internacional da história oral”. Em: FERREIRA, M.M.; FERNANDES, T.M.; ALBERTI, V. (orgs.) – *História Oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz/CPDOC-FGV, 2000.

THOMSON, A.; FRISCH, M.; HAMILTON, P. “Os debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais”. Em: FERREIRA, M. M. e AMADO, J. (orgs.) – *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

WHYTE, H. “O fardo da história”. Em: *Trópicos do Discurso*. São Paulo: Edusp, 1994.

Heliana de Barros Conde Rodrigues é Professora Adjunta do Departamento de Psicologia Social e Institucional/Instituto de Psicologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); integrante do *Clio-Psyché* – Programa de Estudos e Pesquisas em História da Psicologia.

E-mail: helianaconde@uol.com.br

¹ As Conferências anteriores tinham ocorrido em 1976 (Bolonha); 1979 (Essex); 1980 (Amsterdam); 1982 (Aix-en-Provence); 1985 (Barcelona); 1987 (Oxford); 1990 (Essen); 1992 (Siena); 1996 (Gotemburgo).

² Associado ao *Centre for Contemporary Studies*, de Birmingham, o *Popular Memory Group* (P.M.G.) se dedicou, entre os anos 1970 e 1980, aos estudos culturais. Próximo à Nova Esquerda britânica, em especial aos

movimentos feminista e anti-racista, recorria às idéias de pensadores como Antonio Gramsci, Luisa Passerini, Alessandro Portelli, Ronald Grele, Michel Foucault e Jean Chesneaux. Acerca dos trabalhos do grupo, ver JOHNSON e DAWNSON, 1998.

³ Essas participações tornaram-se clássicos da moderna história oral, depois de publicados em *History Workshop*: Passerini, L. – “Work ideology and consensus under Italian Fascism” (nº 8, 1979) e Portelli, A. – “The peculiarities of Oral History” (nº 12, 1981).

⁴ Paul Thompson ingressou em 1968 no Departamento de Sociologia da Universidade de Essex, iniciando estudos, com a colaboração de Thea Vigne, sobre a época edwardiana. Thompson e Vigne decidiram colher entrevistas, que chegaram à cifra de quinhentas, enfatizando a relevância das citações diretas, dos relatos de famílias edwardianas e da escolha dos informantes através da amostragem por quotas. Publicado em 1975, *The Edwardians: the remaking of British Society* foi o ponto de partida para uma série de pesquisas históricas ancoradas na oralidade. Em 1978, Paul Thompson lançou *The voice of the past*, livro que se tornou internacionalmente conhecido como base de apoio para os oralistas de tendência militante, mas foi igualmente alvo de críticas severas depois que despontaram os estudos de história da memória. Existe tradução brasileira (THOMPSON, 1992) da segunda edição da obra, ampliada e modificada em função das novas perspectivas.

⁵ Um dos primeiros praticantes de história oral na Itália, com mais de 1000 livros e artigos publicados, fundador, em Roma (1972), do *Circolo Gianni Bosio* – coletivo de ativistas ligados à música, ao folclore e à história oral –, editor de *I Giorni Cantati* (1973-1995).

⁶ Somente quando da morte de Bartolini, em 1979, Portelli se vê instado a concluir o trabalho, originalmente publicado como *La memória e l'evento. L'assassinio di Luigi Trastulli*. *Segno Critico* (Peruggia, Itália), II, 4 (1981).

⁷ Utilizamos o texto publicado em Portelli, 1991c – versão mais difundida do clássico *The peculiarities of oral history*, anteriormente mencionado.

⁸ Vale lembrar que Foucault (1996) vê nas disciplinas, entendidas como campos instituídos do saber, um dos dispositivos da ordem do discurso, revelador da logofobia de nossa sociedade.

⁹ No verbete *Documento/Monumento*, originalmente redigido para a Enciclopédia Einaudi, Jacques Le Goff insiste na necessidade de apreender dois sentidos na perspectiva de Foucault, que atribui à história a prática da *monumentalização* do documental. No primeiro, entende-se que o historiador, a partir do problema que formula no presente, constrói séries

documentais de diferentes tipos e busca determinar a relação que entre elas pode ser estabelecida. Já o segundo sentido remete à situação em que se encontra o historiador, ainda menos neutra do que sua intervenção de escolha e articulação das séries documentais, visto que todo documento resulta de um “esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias (...)”. Qualquer documento é, ao mesmo tempo, verdadeiro – incluindo e, talvez sobretudo, os falsos – e falso, porque um monumento é, em primeiro lugar, uma roupagem, uma aparência enganadora, uma montagem” (LE GOFF, 1990: 548). Atento ao salto crítico que tal perspectiva promove, Le Goff acrescenta: “É preciso começar por desmontar, demolir esta montagem, desestruturar esta construção e analisar as condições de produção dos documentos-monumentos” (idem: idem).

¹⁰ Intitulado “*The oral shape of the law: the ‘April 7 Case’*”, o artigo foi originalmente publicado em *History Workshop* 29, 1985, e reeditado em Portelli, 1991d.

¹¹ Para a diferenciação, no campo da Análise Institucional, entre os conceitos de *implicação* (engajamento, compromisso) e *análise da implicação* (procedimento metodológico-político-narrativo), ver Lourau (2004).